



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 12876/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CARLOS VERAS**
Primeiro-Secretário
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 20, de 2025 - Requerimento de Informação (RIC) nº 185/2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo, cordialmente, faço referência ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 54, pelo qual V. Exa. encaminha a este Ministério das Comunicações (MCom) cópia do Requerimento de Informação (RIC) nº 185/2025, de autoria do Deputado Federal Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL), que requer desta Pasta "informações sobre a crise nos Correios".
 2. Em atendimento ao expediente referenciado, encaminho o OFÍCIO Nº 56103064/2025 - GRIN-DERIN, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que fornece informações e esclarecimentos pertinentes ao mencionado RIC.
 3. Permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.
- Atenciosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 17/04/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12498183** e o código CRC **0BB56076**.

Anexo:

- OFÍCIO Nº 56103064/2025 - GRIN-DERIN (12407227).

Referência: Processo nº 53115.002680/2025-31

Documento nº 12498183



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Gerência de Relacionamento Institucional - GRIN/DERIN

OFÍCIO Nº 56103064/2025 - GRIN-DERIN

Brasília, 13 de março de 2025.

À Senhora

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Secretária-Executiva

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios - Bloco R, 8º Andar

70044-902 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 185/2025.

Referência: Processo nº 53180.008404/2025-01

Senhora Secretária-Executiva,

1. Em resposta aos termos do Ofício nº 4466/2025/MCOM, que trata do Requerimento de Informação nº 185/2025, de autoria do deputado Alfredo Gaspar (União/AL), que "*Requer informações ao Senhor Ministro das Comunicações sobre a crise nos Correios*", a seguir apresentamos posicionamento aos questionamentos apresentados pelo referido parlamentar:

1. De acordo com informações veiculadas pela imprensa, os Correios registraram prejuízo recorde, levando a empresa a declarar risco de insolvência. Quais medidas concretas estão sendo implementadas pelo Ministério das Comunicações para reverter esse quadro e garantir a sustentabilidade financeira da estatal? Há previsão de reestruturação, aporte do Tesouro ou revisão do modelo de negócios para evitar o colapso da empresa?

Os Correios desempenham um papel essencial no desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil. Com atuação presente em todos os 5.570 municípios do país, a empresa possui estrutura que inclui mais de 86 mil empregados, 10.473 unidades de atendimento e uma frota de 27 mil veículos.

Entretanto, a estatal enfrenta desafios incluindo a universalização dos serviços postais, a defasagem de reajustes tarifários, a concorrência desleal e a necessidade de investimentos estratégicos para modernização. Com o objetivo de superar essas adversidades, foi estruturado um conjunto de medidas que integram um plano abrangente de reposicionamento estratégico para os próximos anos.

A empresa vem estruturando uma série de ações voltadas à redução de despesas e ao aumento da eficiência em todos os processos. Estas iniciativas priorizam a otimização de recursos e o aperfeiçoamento dos processos operacionais, buscando assegurar uma operação sustentável e competitiva.

Com relação à diversificação de mercado, melhoria da qualidade operacional e redução de prazos, a estatal tem apostado em projetos focados no atendimento às necessidades governamentais de logística, de comunicação e de atendimento, bem como na expansão do e-commerce nacional e internacional e de sua atuação na oferta de produtos de logística integrada para empresas. Como exemplo:

- Negociações Estratégicas com os principais clientes nacionais e internacionais com a oferta de tabela de preços competitiva além de soluções customizadas, conforme cada necessidade identificada e considerando-se, para tanto, a capacidade de atendimento corporativa;
- Atuação em mais elos do ecossistema de e-commerce com projetos de oferta de soluções: de vitrine, de meios de pagamento e de ferramentas de suporte ao negócio para os vendedores, a fim de fugir da disputa acirrada por preços;
- Expansão da oferta de produtos de logística integrada tais como: LogSupri In House - Gestão de Almoxarifados, TransferLog e Correios Log+;
- Diversificação de mercados, inclusive para o cliente Governo, com a oferta de transporte de cargas especiais - tais como Fármacos, Logística de Provas e Gestão Documental, além do desenvolvimento de projeto de soluções modulares, solução para a agricultura familiar e para o incremento de atuação fora do país;
- Desenvolvimento de produtos de balcão mais competitivos, seja de terceiros, por meio de parcerias ou ainda com a oferta de serviços para o Governo; e
- Desenvolvimento de canais físicos e digitais mais versáteis, com implantação nacional a fim de que seja mantida a universalização, tais como: Pontos de Coleta, Lockers e SuperApp, racionalizando recursos e adaptando aos moldes competitivos de mercado.

Além disso, a empresa tem implementado ações e projetos estratégicos para seu fortalecimento. Entre os destaques estão:

- Otimização da carteira imobiliária: gestão mais eficientes dos imóveis; melhor uso dos espaço e por meio de parcerias com órgãos públicos; alienação prioritária de imóveis ociosos e de alto valor agregado que não atendem mais às necessidades da empresa; redução de custos com a otimização da carteira imobiliária dos Correios, com a construção de 5 grandes centros operacionais, que envolve a devolução de diversos imóveis locados e a centralização de unidades.
- Projeto de Eficiência Energética: prioridade ao uso de energia limpa e instalação de usinas fotovoltaicas.
- Modernização de unidades: melhoria na infraestrutura predial de unidades dos Correios, contemplando conceitos de sustentabilidade (climatização, reuso de água, utilização de tecnologias para economia de energia, entre outros; e
- Renegociação de todos os contratos de serviços gerais, engenharia e transporte administrativo, de forma a contribuir para a redução de custos da empresa.

A estatal possui projetos em andamento vinculados ao Plano Estratégico dos Correios para o ciclo 2025/2029, que são acompanhados periodicamente pela Administração, que viabilizarão a geração de caixa para suportar os seus compromissos de modo a garantir a continuidade das suas operações.

No mercado de livre concorrência, considerando o crescimento do *e-commerce*, há importantes projetos relacionados, que estão sendo implementados e visam a tornar os Correios um player estratégico com finalidade de garantir as atuais receitas e, da mesma forma, proporcionar novos incrementos nos resultados. Projetos de parcerias estratégicas para diversificação das fontes de receita, exemplo do que fizeram os grandes correios do mundo, e fortalecer a posição dos Correios em diversos setores, solidificando ainda mais seu papel como agente estratégico para o desenvolvimento nacional. Também é importante referenciar o planejamento da implementação de nova plataforma digital de vendas que busca a fidelização dos clientes, a exploração e ampliação de novos produtos e negócios, aumento das receitas e a aderência do crescimento em logística às taxas do mercado. São ações essenciais para agregar valor, contribuir para a experiência do cliente e rentabilidade da empresa.

Nas ações direcionadas ao Governo, convém dar ênfase à promulgação da Lei nº 14.744/2023, regulamentada pelo Decreto nº 12.124/2024 que tornou os Correios uma empresa preferencial para a contratação pelos órgãos públicos federais da administração direta e indireta. A par desses dispositivos legais, projeta-se crescimento nas receitas oriundas dessas parcerias governamentais. Na mesma medida, há fortalecimento da imagem institucional dos Correios como principal parceiro logístico do Estado garantindo a execução de políticas públicas diversas e acesso à cidadania.

Está em andamento a captação de recursos externos de longo prazo com o intuito de financiar projetos de modernização dos Correios, atrelados à agenda ASG (ambiental, social e governança), eletromobilidade na última milha (veículos descarbonizados e bicicletas elétricas que são economicamente vantajosos, com menor custo de manutenção e combustíveis), infraestrutura eficiente (construção de centros e usinas fotovoltaicas, modernização das agências, para modernizar a infraestrutura para ampliar a capacidade produtiva, reduzir custos e gerar energia limpa), modernização operacional e tecnológica (máquinas de triagem e atualização da plataforma tecnológica, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional por meio do aumento da capacidade de triagem automática e investimentos em modernização tecnológica, tornando a empresa mais competitiva no mercado), e compensação gradual das emissões de carbono, visando tornar os Correios carbono neutro e sustentando sua nova trajetória de crescimento sustentável.

Além do mais, para a consecução de sua função social, a estatal cumpre as diretrizes que norteiam a universalização do atendimento e da entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, consignados na Portaria nº 15.441/2024, do Ministério das Comunicações.

Na área de gestão de pessoas são empreendidas ações e projetos, garantindo que todos os esforços estejam direcionados ao alcance dos resultados esperados pela empresa. Dentre elas, destacamos:

- Continuidade da implantação do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com a finalidade de proporcionar aos empregados elegíveis uma oportunidade de transição de carreira e nova etapa de vida, contribuir para a melhor distribuição da força de trabalho, bem como medida de enfrentamento e reequilíbrio da situação econômico-financeira dos Correios, além de contribuir com a readequação e renovação da força de trabalho diante das mudanças dos processos de melhoria em curso;
- Equalização da força de trabalho de forma ágil, contínua, transparente e isonômica, conforme análise das necessidades identificadas nas áreas, em consonância ao Planejamento Estratégico vigente;
- Após a finalização do PDV, efetivar a contratação dos empregados aprovados no concurso público nacional, conforme análise da necessidade das áreas, em alinhamento à estratégia da Empresa, com o propósito de renovar o corpo funcional de forma a impulsionar a inovação e o fortalecimento dos Correios; e
- Criação de novos planos de saúde, por meio da operadora Postal Saúde, com o objetivo de ofertar plano com formação de preço pré-estabelecido para empregados, ex-empregados (aposentados e demitidos sem justa causa) seus respectivos dependentes e para parentes até o 4º grau de parentesco e 2º grau de afinidade, com redução nos custos administrativos para os Correios e custos assistenciais, devido à possibilidade de migração dos aposentados.

Além disso, em alinhamento às práticas de trabalho decente (gestão humanizada), foi aprovado o Projeto Estratégico Diversidade e Bem-estar no ambiente de trabalho, o qual busca transformar o ambiente de trabalho, tornando-o mais inclusivo e saudável, onde a diversidade seja valorizada e o bem-estar das pessoas priorizado. Este projeto salienta a preocupação da empresa com o trabalho decente, propiciando condições justas de trabalho, a proteção social, o respeito aos direitos fundamentais e a promoção de um diálogo social efetivo.

2. Reportagens indicam que a empresa atrasou salários de parte dos funcionários e acumulou um calote de R\$ 27 milhões em um fundo de investimentos, além de um passivo de R\$ 7,6 bilhões com o fundo de pensão. Quais são as justificativas para o descumprimento dessas obrigações financeiras? Existe um cronograma definido para a quitação desses débitos sem comprometer ainda mais o funcionamento da estatal?

Em cumprimento ao previsto no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2024/2025, os salários de janeiro foram pagos em 31.01.2025, contemplando, inclusive, o reajuste salarial de R\$ 260,00 ou 4,11%, conforme classificação do empregado, estabelecido na cláusula 65 do citado ACT. O referido pagamento está em consonância também com a Cláusula 61 - PAGAMENTO DE SALÁRIO, a qual prevê que os salários serão pagos no último dia útil bancário do mês trabalhado.

Não obstante, assimetria durante o processamento da folha de pagamento e, sobretudo, a ocorrência de dados bancários desatualizados acarretaram o não pagamento de 123 (cento e vinte e três) empregados, todos do Estado de São Paulo, correspondendo a 0,14% do quantitativo total.

Sensíveis ao impacto desta situação casuística, pois o compromisso é continuar efetuando 100% dos pagamentos dentro do cronograma firmado com os empregados, o desalinhamento foi corrigido imediatamente, com a realização dos créditos entre os dias 03/02 e 04/02. Oportunamente, destacamos que os normativos internos, difundidos internamente, preveem que os empregados devem manter os dados relativos ao seu cadastro funcional e pessoal atualizados junto à área de gestão de pessoas.

Adicionalmente, reforçamos que todas as ações são alinhadas e pautadas com o propósito de atender os objetivos estratégicos Evoluir a Maturidade da Governança Corporativa, que busca aprimorar a governança corporativa em seus pilares de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa; Proporcionar Experiência Positiva aos Empregados, o qual promove o encorajamento e o reforço dos novos comportamentos, bem como práticas corporativas voltadas ao desenvolvimento das equipes, visando estimular o engajamento, a produtividade, a eficiência e a satisfação dos empregados dos Correios; harmonizando com o valor Respeito às Pessoas declarado na Identidade Corporativa, que representa os princípios, as crenças e as convicções que servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões de todas as pessoas que constituem a Empresa e que orientam as relações todas as partes interessadas.

Os Correios e o Postalís realizaram em 2023, por obrigação legal, o equacionamento do Plano de Benefício Definido (PBD) que estava em trâmite desde 2020 e deveria ter sido realizado pelo governo anterior. Assim, a atual gestão está corrigindo um erro do governo passado.

Todas as etapas do processo foram divulgadas amplamente, em 2023:

- **17 de Novembro de 2023:** Plano de Equacionamento de Déficit do Postalís está em fase final para implantação - <https://www.postalis.org.br/plano-de-equacionamento-de-deficit-do-postalis-esta-em-fase-final-para-implantacao/>

- **28 de Novembro de 2023:** Postalís recebe aprovação da Previc para o novo regulamento do PBD - <https://www.postalis.org.br/postalis-recebe-aprovacao-da-previc-para-o-novo-regulamento-do-pbd/>

O equacionamento passou por todas as análises e aprovações previstas na lei e garante o futuro de mais de 78 mil participantes do plano. Sem a medida, eles só teriam recursos disponíveis até agosto de 2025.

O valor do equacionamento é da ordem de R\$ 15 bilhões e o pagamento da parte que cabe aos Correios (R\$ 7,6 bilhões) é realizado em parcelas mensais de cerca de R\$ 30 milhões e será realizado em prazo superior a 30 anos. Importante evidenciar que, parte da dívida foi causada pela má gestão de investimentos por parte do banco BNY Mellon e a atual gestão dos Correios está adotando, com frequência, medidas judiciais para recuperar os recursos que foram perdidos pelo banco.

Quanto ao imóvel em Minas Gerais, cabe esclarecer que trata-se de contrato assinado em 15/04/2015, cujo objeto era a locação de imóvel a ser construído para atendimento de necessidades específicas dos Correios, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, contados a partir do seu recebimento pela locatária. O contrato previa a entrega do imóvel para o dia 15/09/2016, contudo, em função de problemas na construção do prédio, o imóvel só foi entregue aos Correios em 19/12/2019, ainda assim com pendências.

Ao longo do tempo diversos incidentes relacionados a problemas construtivos foram identificados na edificação e notificados à locadora. Tais eventos resultaram na interdição de uma área de 640m² do bloco administrativo, a qual encontra-se desocupada desde então e com descontos no valor do aluguel proporcionais à área inutilizada até a suspensão das operações. Posteriormente houve severo agravamento das condições de segurança e solidez do imóvel, que levou as equipes de engenharia e da segurança e medicina do trabalho a recomendarem a interrupção das operações da unidade. A Defesa Civil de Contagem/MG realizou visita ao imóvel e, por meio do Registro de Ocorrência nº 24/1387, interditou todo o imóvel (toda a área do complexo).

Os Correios comunicaram à locadora a suspensão das atividades no imóvel, em virtude do risco a vida das pessoas que ali trabalhavam, bem como do respectivo pagamento do aluguel. A suspensão do pagamento está vinculada a paralisação das atividades dos Correios no imóvel em virtude dos riscos apresentados por aquela edificação.

O processo de locação se encontra em fase de rescisão, amparado por cláusulas contratuais.

Os Correios não reconhecem o débito, uma vez que foi obrigado a suspender suas atividades pelas condições de risco que o imóvel vinha apresentando. O pagamento dos aluguéis foi suspenso e comunicado à locadora e a operação dos Correios teve de ser transferida para outras unidades de forma emergencial visando a continuidade do atendimento à sociedade.

3. A direção dos Correios anunciou o fechamento de 38 unidades, uma decisão que recebeu críticas até mesmo dos sindicatos. Qual é a metodologia utilizada para definir quais unidades devem ser fechadas? Há um estudo detalhado sobre o impacto dessa decisão para a população, especialmente em áreas remotas onde os Correios desempenham um papel essencial para a logística e acesso a serviços bancários?

O fechamento citado se refere ao canal denominado Correios Empresas - CEM, o qual foi criado em 2022, sendo um modelo focado nos mercados com alto potencial de negócios e voltado para o público empresarial, oferecendo serviços como coleta, pré-postagem, postagem e pós-venda.

A decisão de fechamento foi precedida de estudos técnicos. Após análise com métricas definidas em sua formatação, como o Indicador SCA - Sustentabilidade de Canais de Atendimento, foi identificado que as unidades encerradas apresentavam baixo desempenho, com receitas insuficientes para cobrir custos operacionais e baixa volumetria de encomendas.

O encerramento dessas unidades não traz nenhum impacto à população e aos clientes, que continuam tendo acesso aos mais de 10 mil pontos de atendimento dos Correios instalados pelo país, sendo que os clientes empresariais atendidos pelo canal Correios Empresa foram redirecionados a outras unidades próximas, sem prejuízos, portanto, do atendimento ao público.

4. Mesmo enfrentando um cenário de crise financeira, os Correios aumentaram significativamente seus gastos com patrocínios, incluindo eventos no exterior, como em Bogotá. Qual a racionalidade estratégica por trás desse aumento nas despesas com marketing e patrocínios? Esses gastos foram precedidos por análises de custo-benefício e retorno para a estatal, considerando a grave situação financeira em que se encontra?

Empresas que atuam em mercados concorrenciais, tanto no Brasil quanto no exterior, investem regularmente em patrocínio e publicidade como estratégia para fortalecer suas marcas e ampliar sua participação no mercado. Os Correios, inseridos no segmento concorrencial de logística e encomendas, não são exceção. No período de 2019 a 2022, houve cortes significativos nessas ações, o que reduziu a visibilidade da marca e impactou negativamente a receita da estatal, devido à perda de clientes. Desde 2023, a empresa tem trabalhado para reverter esse cenário por meio da reconstrução de sua imagem, da formação de parcerias estratégicas e do investimento em novos produtos e serviços para expansão de mercado.

Todos os projetos selecionados de patrocínio são submetidos à análise técnica e criteriosa que incluem ferramentas e metodologias que analisam, calibram e definem as características e o valor do patrocínio às efetivas necessidades dos Correios, subsidiando as decisões dos gestores competentes, quais sejam a Matriz de Precificação de Projetos e a Matriz de Auditoria de Carteira.

A Matriz de Precificação de Projetos contempla um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, pesos e critérios, que possibilitam a demonstração em forma de pontuação do valor potencial do patrocínio, permitindo a avaliação técnica do projeto de modo a diminuir a discricionariedade do gestor e zelar pelos princípios da impessoalidade e transparência na definição do investimento. Ressaltamos que as ações de patrocínio são singulares e vinculadas a cotas de participação distintas. O valor do patrocínio é definido com base em metodologia de precificação, desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM/PR e adaptada à realidade dos

Correios, em conformidade ao preconizado na Instrução Normativa nº 2/2019 (SECOM), sendo a participação dos Correios negociada de forma a maximizar os resultados, sempre pautada pelos princípios da eficiência e economicidade.

A Matriz de Auditoria de Carteira é a metodologia de verificação do alinhamento do patrocínio à estratégia de comunicação, funcionando como subsídio para a decisão sobre a continuidade do investimento. Assim, os projetos submetidos a essa metodologia são classificados como:

Estrelas: patrocínios que fornecem retornos consideráveis em termos de desempenho empresarial e construção da marca e estão alinhados à estratégia de comunicação;

Extras: patrocínios que apresentam desempenho fraco em relação à estratégia de comunicação.

Cameos: patrocínios que produzem resultados positivos em termos de valorização da marca de acordo com a estratégia de comunicação, mas não apresentam impacto efetivo sobre os negócios da empresa;

Produção: ao contrário dos patrocínios “Cameos”, as ações classificadas neste quadrante são aquelas que geram retornos financeiros no âmbito da estratégia proposta, mas não contribuem muito para a valorização da marca.

Além das autorizações e aprovações internas, os patrocínios precisam receber a prévia conformidade da SECOM/PR e, se for o caso, do Comitê de Patrocínio da SECOM, instituído pelo Decreto nº 9.950, de 31 de julho de 2019, e regulado por seu Regimento Interno, atuando em regime de colegiado, segundo suas competências formalmente instituídas. Somente após esse trâmite, o respectivo contrato de patrocínio pode ser assinado.

Além disso, ao final de cada ação de patrocínio, há a avaliação dos seus resultados e esta é consignada no Relatório de Avaliação de Resultados de Patrocínio, metodologia que contempla um conjunto de quesitos quantitativos e qualitativos, que possibilitam demonstrar os respectivos resultados de modo objetivo, em forma de pontuação. Somente poderão receber novo patrocínio projetos e/ou proponentes cujo resultado da avaliação atinja ou supere a menção “satisfatória”, sendo penalizados com 5 anos sem nova contratação os projetos que não atinjam a média estipulada.

As estratégias empregadas nas ações de patrocínio primaram por posicionar a empresa como relevante, de integração nacional, influente e promotora do desenvolvimento dos mercados nos quais atua, utilizando os ativos estratégicos presentes na estrutura, experiência e amplitude de atuação da empresa, não apenas geográfica, mas também, na variedade de mercados em que sua presença é altamente relevante, fundamentadas nos Pilares da Marca Correios, orientadas pela missão e visão corporativas vigentes quais sejam a Missão, "Promover a integração nacional, contribuindo com o Governo no desenvolvimento socioeconômico, conectando pessoas, instituições e negócios.", e a Visão, Ser referência no ecossistema global de logística, com soluções de negócios e promoção de políticas públicas para a sociedade, de forma sustentável.

5. Em meio à crise, os Correios desistiram de uma ação judicial de R\$ 600 milhões para viabilizar o pagamento de funcionários. Quais foram os critérios que levaram à decisão de abandonar essa ação? O Ministério das Comunicações considera alternativas judiciais ou administrativas para recuperar valores devidos à estatal e reduzir o seu déficit bilionário?

A ação judicial mencionada trata-se da Reclamação Trabalhista n.º 0000800-56.2016.5.10.0004 movida em 31/05/2016 pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT em em desfavor dos Correios, que versa sobre a cumulatividade do pagamento do Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC previsto no Plano de Cargos, Carreiras e Salários 2008, com o Adicional de Periculosidade previsto no §4º do Artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, cujo valor de desembolso foi estimado em 614 milhões no ano de 2022.

Diversamente do que vem sendo divulgado, a citada ação trabalhista não foi objeto de desistência, encontra-se atualmente em trâmite na 7ª. Turma do Tribunal Superior do Trabalho - TST e tem como Relator o Ministro Evandro Pereira Valadão que, em decisão proferida em 29/08/2024,

concedeu aos Correios, em agravo, efeito suspensivo ao seu recurso de revista determinando a suspensão do prosseguimento de qualquer ação judicial de cunho individual na esfera trabalhista originada da Reclamação Trabalhista n.º 0000800-56.2016.5.10.0004, assim como quaisquer determinações cautelares de continuidade de pagamento a título de adicional de periculosidade, sustando, inclusive, a execução provisória de sentença que vinha sendo cumprida.

Portanto, a ação judicial segue o seu curso processual na Instância Superior do Trabalho, não havendo que se falar em abandono da ação.

2. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

JANETE RIBAS DE AGUIAR

Chefe de Gabinete da Presidência

Assinado por Delegação de Competência, de acordo com a PRT/PRESI - 210/2024 (SEI nº 53160249)



Documento assinado eletronicamente por **Janete Ribas de Aguiar, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 14/03/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56103064** e o código CRC **1DFCD303**.



SBN QUADRA 1 BLOCO A 20 ANDAR, - Bairro ASA NORTE, Brasília/DF, CEP 70002900 -
<http://www.correios.com.br>